



REQUERIMENTO Nº /2023

(DO SR. GUSTAVO GAYER)

Requer a Convocação do Excelentíssimo Senhor Jorge Messias Ministro da Advocacia Geral da União (AGU), para prestar esclarecimentos sobre os apontamentos das irregularidades de repasse de recursos do INCRA para o MST com interferência ilegal da ONG a casa brasileira.

Senhor Presidente,

Requer, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952, e do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de CONVOCAÇÃO do Excelentíssimo Senhor Jorge Messias Ministro da Advocacia Geral da União (AGU), para prestar esclarecimentos sobre os apontamentos das irregularidades de repasse de recursos do INCRA para o MST com interferência ilegal da ONG a casa brasileira.

JUSTIFICAÇÃO

A Advocacia Geral da União (AGU), elaborou parecer em que concluiu que “***não foram observadas as condições legais***” para a liberação de recursos federais para o MST realizar a IV Feira Nacional da Reforma Agrária, em São Paulo.





Conforme matéria divulgada¹ pelo Blogdobg e pela Veja², o Incra enviou 1,27 milhão de reais para o movimento realizar o evento, que contou com a presença de ministros do governo Lula, entre eles Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, e Alexandre Padilha, da Coordenação Política.

O parecer da AGU foi elaborado após a análise de dois aditivos feitos ao contrato. Depois de pactuado o valor inicial, o MST solicitou ao governo mais 359 mil reais, que foram liberados. Os técnicos, porém, não encontraram no processo a formalização do pedido dos promotores da feira. “Chama atenção que a empresa que solicitou a alteração foi a Casa Brasileira de Pesquisa e Cooperação, pessoa jurídica estranha ao processo, diferente da contratada, Empresa AMBP Promoções e Eventos Empresariais”, diz a AGU, que recomendou a abertura de um processo para apurar o caso.

A Casa Brasileira, que intermediou a liberação de recursos para a feira, é uma ONG que se diz sem fins lucrativos e que atua em parceria com o MST, Via Campesina e Pastorais da Juventude Católica. Em 2014 e 2015, ela recebeu ajuda financeira de 1,8 milhões de reais do governo Dilma Rousseff. Os pagamentos, na época, foram feitos pela “**Petrobras**”.

A solicitação dos recursos foi apresentada ao Incra em abril por João Paulo Rodrigues, coordenador nacional do MST, que também atuou na coordenação da campanha eleitoral do presidente Lula. No mesmo dia, a Casa Brasileira se apresentou como “proponente” do evento, listando até os materiais que seriam comprados com o dinheiro “extra” — 3 mil camisetas, 20 mil sacolas e 3 mil aventais para o MST.

1 <https://www.blogdobg.com.br/agu-adverte-sobre-repasse-de-dinheiro-do-incra-para-o-mst-nao-foram-observadas-as-condicoes-legais/>

2 <https://veja.abril.com.br/politica/agu-adverte-sobre-repasse-de-dinheiro-do-incra-para-o-mst>





A Veja já havia alertado em maio/2023³ sobre o repasse do Incra de 1,27 milhões para o MST, em sua matéria com o título “AGU adverte sobre repasse de dinheiro do Incra para o MST”, informa que a AGU apontou irregularidade no repasse em razão de ONG estranha ao processo pedir e receber 'aditivo' de dinheiro público para Feira da Reforma Agrária promovida pelo MST. A matéria também registra que a AGU concluiu que **“não foram observadas as condições legais”**.

Ante o exposto, e a necessidade de esclarecimentos da AGU sobre os repasses auditados para o MST ilegalmente, solicito aos nobres pares a aprovação da convocação do Ministro da AGU Jorge Messias.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2023.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

3 <https://veja.abril.com.br/politica/agu-adverte-sobre-repasse-de-dinheiro-do-incra-para-o-mst>

